



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

A Contabilidade Ambiental e sua Oferta nos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis

Karinie Meire Costa

Fucape Business School

Andréia Hartwig

Fucape Business School

Resumo

Frente a necessidade imediata de mitigar a degradação dos recursos naturais, o mercado busca por profissionais que tenham uma visão sistêmica, para atuar junto a gestão das empresas. Profissionais que conheçam da legislação atual, que consigam inserir-se na evolução contínua de práticas sustentáveis para favorecer a continuidade da empresa. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo realizar um levantamento do atual cenário de ofertas de disciplinas com temática voltada ao meio ambiente nos cursos de graduação em Ciências Contábeis em Instituições de Ensino Superior (IES) no país devidamente autorizados, além de sugerir uma discussão da necessidade de mudança na matriz curricular, para atender as demandas do mercado na formação dos futuros profissionais. Foi realizada uma pesquisa descritiva e exploratória, no sítio de 853 IES brasileiras, com análise minuciosa na grade curricular de cada instituição que oferece o curso de graduação em Ciências Contábeis. Os resultados mostram que ainda é grande o número de instituições que não ofertam nenhuma disciplina com temática ambiental. Das instituições analisadas, 630 oferecem o curso na modalidade presencial e 127 oferecem o curso na modalidade a distância. Na análise dos documentos identificados, verificou-se que 44% ofertam uma disciplina no contexto ambiental e dessas, 69% ofertam como disciplina obrigatória. Ficou evidenciado que muitas instituições ainda precisam aprimorar a capacitação do profissional, atualizando a matriz curricular com ênfase na temática ambiental. O sucesso em conseguir alcançar a premissa do Desenvolvimento Sustentável só ocorrerá mediante a promoção de uma conscientização do que é sustentabilidade na formação dos profissionais ligados a tomada de decisões, como o contador.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental; Desenvolvimento Sustentável; Graduação Ciências Contábeis; Matriz Curricular.



A Contabilidade Ambiental e sua Oferta nos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis

Resumo

Frente a necessidade imediata de mitigar a degradação dos recursos naturais, o mercado busca por profissionais que tenham uma visão sistêmica, para atuar junto a gestão das empresas. Profissionais que conheçam a legislação atual, que consigam inserir-se na evolução contínua de práticas sustentáveis para favorecer a continuidade da empresa. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo realizar um levantamento do atual cenário de ofertas de disciplinas com temática voltada ao meio ambiente nos cursos de graduação em Ciências Contábeis em Instituições de Ensino Superior (IES) no país devidamente autorizados, além de sugerir uma discussão da necessidade de mudança na matriz curricular, para atender as demandas do mercado na formação dos futuros profissionais. Foi realizada uma pesquisa descritiva e exploratória, no sítio de 853 IES brasileiras, com análise minuciosa na grade curricular de cada instituição que oferece o curso de graduação em Ciências Contábeis. Os resultados mostram que ainda é grande o número de instituições que não ofertam nenhuma disciplina com temática ambiental. Das instituições analisadas, 630 oferecem o curso na modalidade presencial e 127 oferecem o curso na modalidade a distância. Na análise dos documentos identificados, verificou-se que 44% ofertam uma disciplina no contexto ambiental e dessas, 69% ofertam como disciplina obrigatória. Ficou evidenciado que muitas instituições ainda precisam aprimorar a capacitação do profissional, atualizando a matriz curricular com ênfase na temática ambiental. O sucesso em conseguir alcançar a premissa do Desenvolvimento Sustentável só ocorrerá mediante a promoção de uma conscientização do que é sustentabilidade na formação dos profissionais ligados a tomada de decisões, como o contador.

Palavras-Chave: Contabilidade Ambiental; Desenvolvimento Sustentável; Graduação Ciências Contábeis; Matriz Curricular.

1. Introdução

Kassai, Carvalho & Kassai (2019) relata que durante uma reunião em Londres, sua Alteza o Príncipe de Gales disse: “estamos no momento lutando para enfrentar desafios do século XXI com, na melhor das hipóteses, sistemas de relatórios e de tomada de decisão do século XX ou anterior”.

Em resposta a tais palavras proferidas por Sua Alteza, é necessário que o ambiente acadêmico se preocupe e se envolva com o desenvolvimento sustentável, incentivando pesquisas, congressos, sugerindo propostas para minimizar os desgastes ambientais causados pelo uso descontrolado dos recursos naturais (Moreira, Melo, Carvalho, Guerra & Junior, 2020; Fonseca, Bogdezevicius & Faganello, 2018; Weizenmann, 2011). Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo realizar um levantamento do atual cenário de ofertas de disciplinas com temática voltada ao meio ambiente, nos cursos de graduação em Ciências Contábeis, em apoio a chamada do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em entregar ao Ministério da Educação (MEC) uma proposta de mudança na diretriz curricular,



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

para o curso de Ciências Contábeis, sugerindo a inserção da disciplina de Contabilidade Ambiental com ênfase ao Desenvolvimento Sustentável, visando formar profissionais com conhecimento adequado para se comprometer com a sustentabilidade ambiental (Oliveira, 2019; Guimarães, Marangoni, Castanha, Filho, Bristot & Milioli, 2018; Pereira, 2015; Santo, 2006).

O conceito de Desenvolvimento Sustentável teve início na década de 1980, com a criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, presidida por Gro Harlem Brundtland (Freitas, Nélsis & Nunes, 2012). Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), Desenvolvimento Sustentável é definido como “aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”, e segundo estabelecido em lei 9.795/99 que dispõe sobre Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), “entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente”.

A junção desses dois conceitos reforça a necessidade de que seja promovida uma construção de valores voltados a sustentabilidade com objetivo de mitigar as degradações ambientais (Nunes, 2018). Conforme mencionado por Fonseca et. al. (2018), os profissionais contábeis que atuam junto com os tomadores de decisões das organizações devem ser preparados para apoiar as práticas necessárias ao desenvolvimento sustentável. Gomes, Sampaio, Azevedo e Slomski (2012) apontam que as IES devem incluir nas matrizes curriculares as demandas das corporações empresariais. Os futuros gestores são os estudantes de hoje, e necessitam ser encorajados a práticas sustentáveis (Calixto, 2006; Gomes et. al., 2012), através do conhecimento que pode ser adquirido na graduação.

É crescente a corrente de mudança nas práticas operacionais, buscando valorizar atitudes sustentáveis, conforme mencionado por Brandalise, Silva, Ribeiro, Bertolini, Thomas, Rojo e Lezana, (2013) e Guimarães et al., (2018), mas ainda são poucas empresas envolvidas. Pesquisa feita pela Fundação Dom Cabral (2014), demonstra que empresas com práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável tem reflexos na valorização das ações, e que apenas 36% das empresas com ações na bolsa divulgam suas práticas sustentáveis. A B3, Bolsa de valores oficial do Brasil, aponta que é pequeno o número de empresas que atendem os critérios para participar do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3). Segunda dados da B3 (2020), no resultado da 16^a carteira – ISE B3, 200 empresas foram convidadas e apenas 45 foram aprovadas.

Em dezembro de 2021, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) divulgou incentivos com redução de taxas de juros para empresas que demonstrem desempenho social e ambiental, uma estratégia de ação que favorece redução nos custos para as empresas que optarem por práticas sustentáveis.

No Brasil é possível perceber mudanças na legislação, visando estabelecer regulamentações que evidenciam as práticas ambientais. Em dezembro de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou, através da resolução nº 14, a orientação técnica para o CPC 09, que em seu art. 1º torna obrigatório a elaboração e divulgação do Relato Integrado para as companhias abertas. Em dezembro no ano seguinte, a CVM aprova a resolução nº 59 deixando mais claro a prestação de informações sobre práticas sustentáveis e de governança. Estas normas entram em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Oliveira (2019) aponta que a necessidade de ter profissionais comprometidos e demonstrar e apoiar o desenvolvimento sustentável se tornou relevante. Embora muitos estudos sobre a temática matriz curricular nos cursos de ciências contábeis tenham sido encontrados (Santos, Neumann & Mattiello, 2021; Gehlen, Reis & Favato, 2021; Ribeiro,



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Souza, Lima & Rodrigues, 2020; Silva, Maldonado, Eduardo & Ribeiro, 2020; Oliveira, Gomes, Rausch & Cunha, 2011), esta pesquisa contribui com uma amostra maior de instituições analisadas, e visa demonstrar que muitas instituições ainda não oferecem tal disciplina. Há necessidade de preparar os profissionais sobre a importância estratégica da contabilidade ambiental a fim de favorecer a empresa com vantagens no processo de tomada de decisão como mencionado por Gomes et. al. (2012). Probert (2002), também em estudo na Universidade de Wales, considera que a inclusão da disciplina é muito importante e que as instituições deveriam apoiar a formação de gestores de negócios.

Tal formação visa incentivar as mudanças no modo de pensar e agir dos acadêmicos (Barbieri & Silva, 2011), provocando-os a pensarem e a questionarem as tradicionais linhas de ação das corporações (Carvalho & Nakagawa, 2005) e incentivá-los a acrescentar mais pesquisas voltadas ao tema que fortaleça um crescimento econômico voltado a práticas sustentáveis (Merino & Pastorino, 2013).

Esses futuros profissionais serão protagonistas nas mudanças corporativas com valorização da proteção ambiental e a responsabilidade social (Calixto, 2006; Merino & Pastorino, 2013; Oliveira & Mendes, 2017; Moreira et al., 2020). Diante deste contexto, identifica-se a necessidade implícita de mudança na diretriz curricular do curso de ciências contábeis para contribuir com a formação dos profissionais que se tornarão gestores, e estarão envolvidos com os processos nas empresas conforme citado por Oliveira (2019).

Este estudo contribui para o processo de estruturação da proposta do Conselho Regional de Contabilidade em mudar o conteúdo de suas matrizes curriculares, de forma direta, em atender a necessidade do mercado na formação de profissionais conscientes com o desenvolvimento sustentável (Ribeiro et al., 2020).

Esta pesquisa está estruturada em seis seções, incluindo a introdução. A segunda trata do referencial teórico que abrange tópicos sobre a questão ambiental, a empresa e o profissional, a contabilidade ambiental com ênfase no desenvolvimento sustentável e ainda um relato de estudos anteriores. A terceira seção aborda uma discussão demonstrativa da necessidade da inclusão da disciplina. A quarta seção detalha a metodologia e está dividida em caracterização da pesquisa e coleta e transformação dos dados. Na quinta seção são apresentados os resultados e, pôr fim, a sexta seção com as conclusões.

2. Referencial Teórico

2.1 A questão ambiental

Na década de 70, o Brasil participou da Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, em Estocolmo na Suécia, onde se criticou o modo de vida contemporâneo, tendo como pressupostos a existência da sustentabilidade social, econômica e ecológica. No ano seguinte iniciou-se um modesto movimento com práticas de cuidado com o meio ambiente. Foi criado através do Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, que tem como competência entre outras a de acompanhar as transformações do ambiente. A partir daí muitas outras manifestações ganharam evidência, entre elas a que se destaca ocorrida no país foi em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro. Foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, conhecida como Rio-92, que teve como objetivo elaborar propostas para conter os efeitos do impacto ambiental causado pelo uso desordenado de seus recursos naturais. Após essa conferência, as questões ambientais ganharam uma conotação maior.

Do ponto de vista acadêmico, um grande avanço ocorreu em 1998, com a instituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PNCs), padronizando o ensino no país, de forma transversal, correlaciona educação e meio ambiente (Pereira, 2015). Em seguida, através da



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Lei nº 9.795/99 regulamentado com o Decreto nº 4.281/02, é incluído a educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, consolidando o conceito de educação ambiental (Moreira et. al., 2020).

Em 2004 mais uma ação veio reforçar a inclusão desse tema nos cursos de graduação. A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), estabelece no art. 3º - III “(...) que é responsabilidade social da instituição, no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente (...)”. Nesse mesmo ano, o CFC através da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T-15, estabeleceu procedimentos para a divulgação de informações sociais e ambientais, evidenciando a necessidade de as IES efetivarem a adoção de tal formação em sua matriz curricular para dar condições aos profissionais atenderem as demandas legislativas (Fonseca et al., 2018).

Em 2015, durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável realizada em Nova Iorque- EUA, a ONU propôs que os países membros assinassem um plano global composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Tais objetivos visam transformar o mundo até o ano de 2030. Para atender e participar destes objetivos, se faz necessário a capacitação dos profissionais em atender as regulamentações (Oliveira & Mendes, 2017; Guimarães et al., 2018; Galvão & Tenorio, 2009). Para alcançar sucesso nesse objetivo, se faz necessário um engajamento de todos: Profissionais e empresários (Pereira, 2015).

O impacto ambiental causado pelo crescimento desordenado do consumo neste último século (Galvão & Tenorio, 2009) tem gerado um desequilíbrio na relação entre o homem e a natureza (Quintana, Anello & Kitzmann, 2020), com evidente aumento no uso dos recursos disponíveis, corroborando com a urgência na mudança de gestão tradicional para uma gestão sustentável, conforme mencionado por Maravilha (2019). Essa discussão crescente envolve ações para reduzir os desgastes ambientais (Weizenmann, 2011).

Pode-se fortalecer o desenvolvimento sustentável com apoio da contabilidade, com o controle dos recursos naturais utilizados em produções industriais, bem como os resíduos (Zaro, 2015). Calixto (2006) assinala que a participação das universidades na formação de profissionais, com conhecimento e habilidades em ações ambientais são indispensáveis para o desenvolvimento sustentável.

A questão ambiental tornou-se uma questão imediata, urgente, e não pode ser adiada, conforme apontado por Nardelli (2001). Uma parcela da população está consciente do seu papel (Roos & Becker, 2012) e esperam que os profissionais que auxiliam nas tomadas de decisão dentro das empresas, sejam adequadamente preparados, tornando-os capazes de fazer demonstrações que favoreçam os gestores com escolhas sob a ótica da sustentabilidade (Oliveira, 2019) nas empresas, contribuindo com a prestação de contas e a construção de valores com responsabilidade social (Tanoira, 2007).

2.2 As empresas e o profissional

Durante muito tempo, o objetivo principal das empresas era o lucro (Carvalho, 2014), e muitos empresários viam a questão ambiental como um fator de aumento de custos (Brandalise et al., 2013). No entanto, hoje em dia é possível perceber mudanças na sociedade. Há pesquisas que demonstram que as empresas têm retorno com práticas sustentáveis. Na pesquisa realizada pelo Capterra software (2021) foi identificado que 78% dos consumidores são influenciados por sustentabilidade na hora da compra, resultado que demonstra uma escolha positiva para ações sustentáveis. Investimentos com práticas sustentáveis têm sido apoiados pelas escolhas dos consumidores no momento da compra. Carvalho & Kassai (2014) define empresa sustentável como “aquela que é administrada de forma que continue dando



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

lucro em um futuro previsível, respeitando o ambiente social onde está envolvida e o meio ambiente” e compartilhando com a comunidade os resultados de uma gestão sustentável (Tanoira, 2007).

Na empresa, uma gestão ambiental deve favorecer redução de custos, e ainda otimizar os resultados conforme apontado por Gomes et al. (2012). Uma governança comprometida com a responsabilidade social e com o meio ambiente fortalece a sustentabilidade da empresa e amplia seu reconhecimento junto ao mercado. Pesquisa realizada pelo Instituto Akatu (2020) comprova essa informação. A pesquisa identificou que houve um aumento de 7%, em relação ao ano anterior, entre os consumidores valorizam empresas com práticas ambientais saudáveis.

Oliveira (2019) expõe que as questões ambientais são complexas, envolvem a necessidade de profissionais comprometidos com a redução do impacto ambiental. Em situações de apoio a tomada de decisões, o profissional contador exerce com maestria tal posição (Galvão & Tenório, 2009). Exemplo disso é avaliar o ciclo de produção de determinado produto, identificando necessidade de uso de recursos e destinação de seus resíduos, bem como sua estocagem, transporte e ainda a análise da legislação. Santos e Santos (2018) esclarece que o sucesso desse controle não é obtido sem um conteúdo adequado, sem uma preparação que envolve uma graduação multidisciplinar.

Roos e Becker (2012) menciona que preservar o meio ambiente, além de ser uma questão de sobrevivência para as organizações, é acima de tudo, uma questão de responsabilidade social. Weizenmann (2011) aponta que as empresas estão conscientes de suas ações e das consequências ao ambiente. E devem tomar iniciativas para conter essas consequências (Calixto, 2006).

2.3 Contabilidade Ambiental com ênfase no Desenvolvimento Sustentável

Calixto (2006) conceitua a contabilidade como sendo uma ciência em constante evolução em virtude das interferências no cenário em que está inserida. Aponta ainda, que a necessidade das informações contábeis nos processos de tomada de decisões e gerenciamento justifica sua relevância. Já a Contabilidade Ambiental busca identificar as informações ambientais relacionadas a preservação, proteção e recuperação ambiental, conforme Pereira (2015). Já Ribeiro (2010, p.45) diz que a contabilidade ambiental é uma segmentação da tradicional, amplamente, conhecida.

Pereira (2015) menciona ainda que a Contabilidade Ambiental “é o canal de comunicação entre a empresa e a sociedade”, através de demonstrações, como por exemplo o Relato Integrado. Kassai et al. (2019) traz que o relato integrado explica não se tratar de novos conceitos, mas sim de comunicar ações corporativas que vão além do lucro, um pensamento de integração.

Para Ribeiro (2010, p.45) a contabilidade ambiental não é um assunto novo. No entanto, com enfoque ao desenvolvimento sustentável, torna-se um novo desafio aos acadêmicos, conforme mencionado por Galvão e Tenorio (2009). Tornará os profissionais, fortalecidos no conhecimento das práticas ambientais junto com os gestores buscando equilibrar a relação com o meio ambiente conforme afirma Moreira et al. (2020).

Pereira (2015) menciona que a Contabilidade Ambiental deve identificar os dados e formatá-los nos padrões adequados para divulgar e direcionar os sistemas para fortalecer as ações de eventos ambientais. Weizenmann (2011) aponta que deve buscar adequar as práticas com a evolução da legislação ambiental, potenciando a valorização de práticas saudáveis e a sustentabilidade da empresa. Ampliando a comunicação entre a empresa e seus stakeholders, fortalecerá a interação em meio a comunidade que ela está inserida, com ações que



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

beneficiam o desenvolvimento sustentável e os impactos ambientais e ainda atender a legislação com instrumentos de controle e proteção conforme mencionado por Guimarães et al. (2018).

A argumentação de inserir a Contabilidade Ambiental com ênfase no desenvolvimento sustentável surgiu da necessidade de uma nova formação profissional que atenda às necessidades das legislações que estão surgindo dia a dia com o propósito de reduzir os impactos negativos com o meio ambiente (Gomes et al., 2012; Weizenmann 2011; Gehlen et al., 2021; Santos et al., 2021). Como citado por alguns autores, não há padrão na divulgação das informações contábeis e ainda é muito pouco o número de empresas que demonstram seu resultado ambiental (Nossa, 2002; Pereira, 2015).

2.4 Estudos anteriores

Foram identificados trabalhos em diversos estados brasileiros demonstrando a necessidade de inserção de uma disciplina com foco na sustentabilidade.

No Paraná, Santos et al. (2021) analisou como os cursos nas IES públicas inserem a temática sustentabilidade nos cursos de graduação em Ciências Contábeis. Identificaram uma evolução na oferta, entretanto ainda é menor gerando uma “desconexão entre o socioambiental e o econômico” e sugerem estudos futuros em outras localidades para comparar os resultados.

Lima, Ribeiro, Souza e Rodrigues (2020) buscou analisar se nas matrizes curriculares do curso de Ciências Contábeis das Universidades Federais haviam oferta de alguma disciplina voltado ao conhecimento de educação ambiental. Teve como resultado o percentual de apenas 40,63% das IES estudadas ofertando algum tipo de disciplina com o tema. Ribeiro (2010), analisando as mesmas instituições, buscou identificar a opinião dos coordenadores dos cursos de contabilidade sobre incluir a temática ambiental e identificou que uma maioria estatisticamente significativa acredita ser importante.

No sertão de Alagoas, Moreira et al. (2020) verificou se em uma universidade federal no curso de Ciências Contábeis era ofertada a disciplina de Educação Ambiental com ênfase no desenvolvimento sustentável e concluiu que o curso não oferta tal disciplina de forma transversal, mas que oferta a disciplina de Contabilidade Ambiental com ementa histórica sem atualizar as necessidades da atualidade. Tal pesquisa se torna relevante por ser um alerta que as matrizes têm que ser atualizadas ao conteúdo atual.

Já na Paraíba, Oliveira (2019) analisou como a temática ambiental é oferecida nos cursos presenciais de Ciências Contábeis das IES públicas. Teve como resultado algumas fragilidades, não oferecendo a estrutura necessária e sugere novos estudos que busquem valorizar tal inclusão.

Nunes (2018) analisou a abordagem da Educação Ambiental nos cursos de Ciências Contábeis na Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA), constatando que a instituição oferece sem observar as normas vigentes.

No Sul do Brasil, Guimarães et al. (2018) verificaram se na matriz curricular do curso de ciências contábeis, há inserção da disciplina de contabilidade ambiental. Identificou um avanço na oferta da disciplina, entretanto ainda tem muitas instituições que não ofertam. Os autores sugerem replicar a pesquisa em outras regiões do país.

Pereira (2015) concluiu que o ensino da contabilidade deve ser atualizado conforme as demandas do mercado em questões ambientais. Sua análise foi feita no curso de Ciências Contábeis no Espírito Santo, na Faculdade Vale do Cricaré.

Ainda, no Recife, Galvão e Tenorio (2009) fizeram uma investigação nas Faculdades do Recife, nos cursos de graduação em Ciências Contábeis sobre a oferta da disciplina



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

contabilidade ambiental. Identificou-se que a disciplina é oferecida em um número reduzido de instituições. Concluem ainda, que a adaptação da matriz curricular é necessária para que a formação do contador atenda às necessidades emergentes do mercado.

Este tema está em evidência, e diante da iniciativa do CFC de propor mudança na matriz curricular, torna-se essencial e relevante na contribuição de tal processo. Conforme mencionado por Guimarães et al. (2018), a contabilidade ambiental é uma nova oportunidade para o contador exercer suas habilidades para o gerenciamento das empresas contemporâneas em benefício comum da sociedade.

Contudo, espera-se que esta pesquisa demonstre e contribua com uma reflexão sobre a necessidade dessa temática nos cursos formadores de profissionais voltados a gestão das empresas.

3. Discussão

As primeiras práticas contábeis foram relatadas em 1808 com a vinda da Família Real. Desde então houve uma crescente evolução contábil (Carneiro, Rodrigues, Silva, França, Almeida & Morais, 2017). Segundo Ribeiro (2010, p.41), a forma rudimentar da origem das demonstrações contábeis deu lugar a informações aprimoradas que vão além do gerenciamento interno, e passam a atender os fins sociais, procurando atender as transformações ocorridas no cenário em que estão inseridas. Os estudantes de hoje serão os atores responsáveis pela mudança de amanhã (Ribeiro & Miranda, 2011).

Silva et al. (2020) entende que a matriz curricular do curso de ciências contábeis nas IES está em constante evolução, aliada a internacionalização da contabilidade e às discussões operadas pelo Comitê de Procedimentos Contábeis – CPC. A instituição deve a cada período se ajustar para conseguir capacitar os profissionais a todos os incrementos legislativos que com frequências são exigidos. Como exemplo de mudanças, evidencia-se a transformação na emissão da nota fiscal, que era um bloco onde cada produto vendido era detalhado, e hoje diante de tantas exigências não se pode mais usar essa metodologia de trabalho, seria inviável e já não é mais aceita pelas instituições governamentais. A evolução seguida de uma tendência global gera uma necessidade de novos conhecimentos, que são fortalecidos pela internacionalização das normas contábeis.

Em 2017 o CPC lançou o livro intitulado de “Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis - Uma proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade”. Nesse livro Carneiro et al. (2017) menciona que a “Educação Superior, por meio das Instituições Universitárias, precisa ser entendida como instrumento de utilização do saber, geradora de conhecimentos, lugar crítico onde se discute a cultura e se projeta o rumo da sociedade e de suas relações globais.” Essa frase deixa claro o papel das IES em gerar conhecimento, não pode manter práticas do passado para formar profissionais que vão lidar com problemas no futuro. O profissional de ciências contábeis tem que se formar com visão no planejamento das práticas que estão por vir, com olhar no futuro (Martendall, 2020), para conseguir alcançar as demandas que o mercado vai ter.

A evolução tem sido lenta (Araujo, Pureza & Silva, 2015). É necessário alterar os currículos, incluir atualizações para preservarmos recursos naturais, provocar ações hoje para conseguir garantir um futuro sustentável (Pan & Seow, 2016). Medir as ações e reduzir a degradação do meio ambiente sem pensar nas consequências.

Carneiro et al. (2017) sugere uma disciplina optativa, Responsabilidade Socioambiental, com conteúdo programático extenso e com carga horário de 60 horas. Nessa proposta, foi sugerido os tópicos de: Responsabilidade Social, Responsabilidade Ambiental,

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Projetos Sociais, Empreendedorismo Social, Contabilidade Social com Relatórios Socioambientais, entre outros.

O conteúdo sugerido é extenso, entretanto muito relevante para alcançar os objetivos previstos na agenda 2030. Silva et al. (2020) conclui em sua pesquisa que para a elaboração dos currículos dos cursos de graduação em ciências contábeis brasileiros, têm-se como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais e ainda a proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade da Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis, além das importantes recomendações do *International Federation of Accountants* (IFAC) e da *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA).

Diante desse contexto, entendemos que uma disciplina com ênfase ao clamor mundial precisa ser considerada nos currículos dos cursos de graduação em ciências contábeis para fortalecer e inserir os profissionais no discurso de assuntos contemporâneos de extrema urgência, tais como: diversidades ambientais, responsabilidade social, valores sociais, comportamento humano, sustentabilidade e solidariedade (Nunes, 2018; Santos & Santos, 2018; Barbieri & Silva, 2011). Weizenmann (2011), os profissionais de amanhã, são gerados em sala de aula hoje. É necessário adequar.

4. Metodologia

Partindo do objetivo inicial da pesquisa de demonstrar a importância de inserir a Contabilidade Ambiental com ênfase ao Desenvolvimento Sustentável como disciplina obrigatória nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em ciências contábeis nas universidades do país, realizou-se uma pesquisa que se classifica como descritiva e exploratória. De acordo com Gil (2017, p. 26), “As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno”. Nessa pesquisa buscou-se levantar quais instituições oferecem a disciplina com tema ambiental no curso de graduação em Ciências Contábeis na modalidade “presencial” ou “a distância”.

Para viabilizar a melhor demonstração dos dados, a metodologia foi estruturada em duas partes: caracterização da pesquisa e coleta e transformação dos dados.

4.1 Caracterização da Pesquisa

Em consulta ao sítio do MEC no mês de dezembro de 2021, foi possível identificar que existem no Brasil 2248 cursos de Ciências Contábeis autorizados a funcionar. Desse total, 297 estão com situação “extinto” e 1857 instituições com situação “em atividade” e 94 com situação “Em Extinção”, podendo ser revertido em alguns casos. Na Tabela 1 foi separado as situações por categoria administrativa.

Na análise da tabela 1 é possível identificar que 56,4% das instituições são pertencentes a categoria Privada com fins lucrativos, e 35,1% na categoria privada sem fins lucrativos e de responsabilidade pública um total de 8%, sendo que 3,9% é Federal, 3,3% Estadual, 0,9% Municipal e 0,4% na categoria Especial.

TABELA 1 - Categoria Administrativa das IES

Categoria Administrativa	Autorizadas	Em Atividade	Em Extinção	Extinto
Pública Federal	87	76	7	4
Pública Estadual	75	70	5	0
Privada sem fins lucrativos	789	673	20	96
Privada com fins lucrativos	1268	1010	61	197
Especial	8	8	0	0
Pública Municipal	21	20	1	0

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Total	2248	1857	94	297
-------	------	------	----	-----

Fonte: MEC (2021).

Na tabela 2, tem-se o detalhamento por região. Para essa tabela foi considerado as instituições com situação de “Em Atividade” e “Em Extinção”, visto que essa segunda opção pode ser modificada. Essa separação por região no Brasil, demonstra que 837 instituições, equivalente a 42,9% do total, funcionam na região Sudeste. Em seguida, é possível identificar 386 funcionando no Nordeste com 19,8%. O Sul do país está em terceiro lugar, com 371 instituições em atividade.

TABELA 2 - Detalhamento por Região do Brasil

Categoria Administrativa	Norte	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul
Pública Federal	13	11	23	25	11
Pública Estadual	5	13	31	8	18
Privada sem fins lucrativos	27	60	74	365	169
Privada com fins lucrativos	86	135	254	429	167
Especial	0	0	4	4	0
Pública Municipal	2	5	0	8	6
Total	133	224	386	839	371

Fonte: MEC (2021).

As instituições em atividade estão autorizadas a funcionar na modalidade presencial ou na modalidade a distância. Desse total de 1857 instituições em atividade, 1557 funcionam na modalidade presencial e 300 estão autorizadas a funcionar na modalidade a distância.

Foram analisadas um total de 757 instituições, o que equivale a aproximadamente 40% das universidades em atividade autorizadas a funcionar. Buscou-se acesso no sítio de cada instituição para analisar sua matriz curricular e identificar se a instituição oferta alguma disciplina voltada ao aspecto socioambiental.

Durante análise dos dados da pesquisa, foi possível identificar uma instituição centenária, a Universidade Cândido Mendes, com 103 anos de funcionamento, que teve início em 02/06/1919 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021), e nessa instituição a disciplina é ofertada com o nome de Responsabilidade Socioambiental de forma obrigatória.

4.2 Coleta e Transformação dos dados

Logo após o levantamento junto ao site do MEC, a pesquisa foi dividida em algumas etapas: a primeira consiste em identificar as instituições que estavam em atividade, em seguida organizá-las por região e, por fim, a pesquisa no site.

Foram acessados 853 sítios eletrônicos de instituições. Entretanto, 96 desses portais estavam indisponíveis no período de consulta que ocorreu entre o mês de dezembro de 2021 e fevereiro de 2022. Com sucesso na consulta tiveram 757, que foram possíveis ser analisados para verificar a oferta ou não da disciplina com contexto ambiental nos cursos de graduação em ciências contábeis.

Para localizar a existência de uma disciplina com ênfase no ambiental, realizou-se a pesquisa em três etapas detalhadas a seguir. Para pesquisa, foram consideradas quatro expressões chaves: responsabilidade social, sustentabilidade e educação ambiental e, por fim, contabilidade ambiental. Em cada consulta que fosse identificada uma disciplina voltada ao meio ambiente, buscava-se a confirmação na ementa (quando disponível no *site*), a fim de certificar se disciplina refletia a essência da pesquisa.

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Foi identificado uma diversidade grande de nomes de disciplina na pesquisa, , conforme tabela.

TABELA 3 - Nomes das Disciplinas Ofertadas

América Latina, Desenvolvimento e Sustentabilidade	Educação Ambiental e Responsabilidade Social e Ambiental
Balanco Social	Educação em Direitos Humanos: História, Cultura e Meio Ambiente
Balanco Social e Ambiental das Organizações	Educação Socioambiental
Cidadania e Responsabilidade Social	Educação, Gestão e Contabilidade Ambiental
Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade	ESG Corporate Reporting
Compromisso Ético e Socioambiental	Etica e Responsabilidade Socioambiental
Conscientização Ambiental	Ética, Sustentabilidade e Meio Ambiente
Contabil. Instit. Financ./Atuarial/ 3o Setor/Ambiental	Formação Socioambiental
Contabilidade Ambiental	Gestão Ambiental
Contabilidade Ambiental e da ONG's	Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social	Gestão Ambiental e Responsabilidade Social
Contabilidade Ambiental e Social	Gestão e Legislação Ambiental
Contabilidade Aplicada as Entidades de Interesse Social	Gestão e Responsabilidade Socioambiental
Contabilidade Aplicada I	Gestão Socioambiental nas empresas
Contabilidade e Gestão Ambiental	Informações Socioambiental
Contabilidade e Responsabilidade Social	Meio Ambiente
Contabilidade e Responsabilidade Social e Ambiental	Meio Ambiente e Qualidade de Vida
Contabilidade e Sustentabilidade	Meio Ambiente e Sociedade
Contabilidade Rural e Ambiental	Meio Ambiente e Sustentabilidade
Contabilidade Social	Meio Ambiente, Sustentabilidade e Responsabilidade Social
Contabilidade Social Ambiental	Política de Educação Ambiental e Contabilidade Ambiental
Controladoria Ambiental	Políticas de Educação Ambiental
Cultura e Responsabilidade Social e Ambiental	Relato Integrado e Sustentabilidade
Cultura, Sociedade e Meio Ambiente	Responsabilidade Social
Desempenho e Políticas Sociais, Ambientais e de Governança	Responsabilidade Social e Ambiental
Desenvolvimento Local e Sustentabilidade	Responsabilidade Social e Sustentabilidade
Desenvolvimento Social e Sustentabilidade	Responsabilidade Socioambiental
Desenvolvimento Sustentável	Responsabilidade. Socioambiental e Sustentabilidade
Desenvolvimento Sustentável e Direitos Individuais	Sistema de Gestão Ambiental
Direito Ambiental em função da integridade da criação	Sociedade e Sustentabilidade dos Negócios
Educ. Prof. e Sustentabilidade	Sociedade, Tecnologia e Sustentabilidade
Educação Ambiental	Sustentabilidade
Educação Ambiental e Cidadania	Sustentabilidade e Responsabilidade Social
Educação Ambiental e Consciência Ecológica	Tópicos Avançados (Meio Ambiente, Leis Afro, Indígenas e Direitos humanos)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Cada instituição atribui o nome da disciplina como julgar adequado, não existe um padrão. Diante dessa realidade, foi encontrada uma diversidade muito grande de nomes de

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

disciplina nas instituições analisadas. Foram identificados 68 nomes diferentes. Ao nomear uma disciplina, a palavra “ambiental” é predominante, seguido da palavra “Social”. Na pesquisa diante de tal variedade, foi encontrada uma disciplina com o nome em inglês, “*ESG Corporate Reporting*”, que também é ministrada na língua inglesa, ofertada como optativa na FUCAPE em Vitória – ES. Na Universidade de São Paulo – USP, foi identificada a disciplina “Relato Integrado e Sustentabilidade” com carga horária de 60 horas, ofertada na modalidade optativa que também é disponibilizada a todos que se interessarem em conhecer o tema, mesmo que não seja aluno da instituição, favorecendo, com essa disciplina, o repasse do conhecimento a todos os interessados.

5. Resultados

Na tabela 4 é apresentado o demonstrativo da modalidade de oferta das IES analisadas. Do total de 853 IES analisadas, 630 ofertam o curso de ciências contábeis na modalidade presencial e 127 oferecem na modalidade a distância e 96 não tinham informações disponíveis no sítio.

TABELA 4 - Modalidade de oferta das IES analisadas

Categoria Administrativa	Analisadas	Presencial	À Distância
Pública Federal	73	68	5
Pública Estadual	64	62	2
Privada sem fins lucrativos	353	274	79
Privada com fins lucrativos	243	204	39
Especial	6	6	0
Pública Municipal	18	16	2
Total	757	630	127

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na análise por identificar as IES que ofertam a disciplina com contexto ambiental, teve-se como resultado a tabela 5, onde 315 universidade da modalidade presencial ofertam a disciplina e 315 não ofertam e, ainda, que 64 na modalidade a distância ofertam e 63 não ofertam conforme detalhado na Tabela 5.

TABELA 5 - Detalhamento de oferta

Modalidade	Oferta	Não Oferta
Presencial	315	315
À Distância	64	63
Total	379	378

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como resumo do resultado foi possível identificar que já existe uma mudança por parte das instituições em ofertar a disciplina com ênfase no contexto ambiental. Uma grande mudança quando comparada com trabalhos anteriores, como Guimarães et al. (2018) que identificou que a maior parte das universidades do Sul do País não ofertavam disciplina de cunho ambiental. Nesse estudo, Guimarães et al. (2018) identifica que apenas 43% das instituições no Sul do País preparam os contadores para essa temática.

Em uma instituição localizada em Goiás, na proposta curricular prevê como formação básica conhecimentos de preservação ambiental, no entanto não foi identificado nenhuma disciplina que trate desse tema. Em outra instituição, Centro Universitário Anhanguera, a

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

disciplina de Responsabilidade Social e Ambiental é ofertada na modalidade obrigatória para o curso de Administração e Psicologia e para outros 13 cursos como optativa, mas no curso de Ciências Contábeis não tem essa opção. Na tabela 6 está o demonstrativo de como é ofertadas as disciplinas nas instituições que tem disponível na matriz curricular.

TABELA 6 - Modalidade de Oferta

Categoria Administrativa	Obrigatória	Optativa	Não Informado
Pública Federal	40	20	1
Pública Estadual	30	9	0
Privada sem fins lucrativos	139	14	38
Privada com fins lucrativos	49	27	4
Especial	0	0	0
Pública Municipal	4	4	0
Total	262	74	43

Fonte: Elaborado pelo autor.

Este estudo aponta concordância com o Brandalise et al. (2013), que constata que é deficiente a oferta nas escolas brasileiras e ainda as pesquisas de Galvão e Tenorio (2009), Calixto (2006) e Oliveira (2019) que indicam oferta restrita da disciplina com vertente ambiental nas instituições. Moreira et al. (2020), em seu trabalho, identifica que as instituições que ofertam a disciplina com temática ambiental não propicia abordagens ao contexto desenvolvimento sustentável.

Das 379 instituições que ofertam a disciplina, 69% ofertam como disciplina obrigatória e 20% como disciplina optativa e 11% não tinha a informação disponível para consulta. Oliveira (2019), em seu estudo aponta algumas fragilidades nas ofertas.

Ficou evidenciado que muitas instituições ainda precisam aprimorar a capacitação do profissional, atualizando a matriz curricular com ênfase na temática ambiental. Os resultados demonstram que nessa amostra de 853 instituições analisadas, 44% delas não formam profissionais com preparação ao futuro proposto pela Agenda 2030. É necessário apoiar os futuros gestores para uma mentalidade sustentável (Gomes et al., 2012).

6. Conclusão

Diante da pesquisa realizada, é possível concluir que as IES, poderiam apoiar o desenvolvimento sustentável com a inclusão na matriz curricular dos cursos de graduação em ciências contábeis com uma disciplina com a temática ambiental.

Na presente pesquisa, que teve como objetivo demonstrar o atual cenário de ofertas de disciplinas voltadas ao meio ambiente nas IES nos cursos de graduação em Ciências Contábeis no Brasil, foi possível identificar que muitas instituições não ofertam essa disciplina.

Torna-se importante fazer revisão da grade curricular e buscar incluir a disciplina Contabilidade Ambiental com ênfase no Desenvolvimento Sustentável como disciplina, ou mesmo adotar o padrão sugerido na proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade - “Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis” através do “Componente Curricular Optativo” com o nome de Responsabilidade Socioambiental com carga horária de 60h. Pereira (2015) defende que o ensino da contabilidade pode ser aprimorado, em relevância as questões ambientais. Roos e Becker (2012) demonstram que o ensino da educação ambiental pode conscientizar sobre a sustentabilidade e fundamentar a promoção do desenvolvimento sustentável.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Evidenciado que, em um mundo globalizado, não se pode ter ações pontuais para se alcançar um objetivo que deve ser comum a todos. Torna-se necessário padronizar, para preparar os profissionais em mitigar e registrar os impactos ambientais originados no uso descontrolado das organizações. Segundo Guimarães “torna-se eminente a inserção de disciplinas específicas de cunho ambiental na formação dos futuros contadores”.

REFERÊNCIAS

- American Institute of Certified Public Accountants - AICPA. (s.d.). Disponível em: <https://www.aicpa.org/>.
- Araujo, M. dos R., Pureza, M. L. B. O. H., Silva, C. A. T., (2015). Lei nº 6.404/76 - Uma Análise dos Principais Avanços Proporcionados à Contabilidade no Brasil. *Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI*, v.2, n. 2.
- B3. (2020). Índice de Sustentabilidade Empresarial. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/noticias/indice-de-sustentabilidade-empresarial-8AE490C8761BBCDB01761EA822C50302.htm.
- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. (2021). BNDES vai cobrar juro menor de empresa que reduzir emissões ou aumentar iniciativas sociais. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-vai-cobrar-juro-menor-de-empresa-que-reduzir-emissoes-ou-aumentar-iniciativas-sociais>.
- Barbieri, J. C., & Silva, D. D. (2011). Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 12(3), 51-82.
- Brandalise, L. T., Da Silva, J. M., Ribeiro, I., Bertolini, G. R. F., Thomas, J. A., Rojo, C. A., ... & Lezana, Á. G. R. (2013). O reflexo da disciplina de educação ambiental na percepção e conduta dos universitários. *Revista de Gestão e Projetos-GeP*, 10, 4(4).
- Calixto, L. (2006). O ensino da contabilidade ambiental nas universidades brasileiras: um estudo exploratório. *Revista Universo Contábil*, 2(3), 65-78.
- Capterra Software. (2021). 78% dos consumidores são influenciados por sustentabilidade na hora de comprar. Disponível em: <https://www.capterra.com.br/blog/2220/consumidor-sustentavel>.
- Carneiro, J. D., Rodrigues, A. T. L., Silva, A. D., França, J. D., Almeida, J. D., & Morais, M. D. (2017). Matriz curricular para cursos de ciências contábeis. *Fundação Brasileira de Contabilidade*, Disponível em: <https://www.fbc.org.br/wp-content/uploads/2017/12/LivroMatrizCurricularparaCursosdeCienciasContabeis.pdf>.
- Carvalho, N., & Kassai, J. R. (2014). Relato integrado: a nova revolução contábil. *Revista Fipecafi*, 1, 21-34.
- Conselho Federal de Contabilidade - CFC. (s.d.). Informações de Natureza Social e Ambiental - NBC T . *Resolução 1.003/04*, Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-especificas/>.
- Conselho Federal de Contabilidade - CFC. (s.d.). Resolução CVM 14 de 09 de dezembro de 2020. *Aprova a Orientação Técnica CPC 09 – Relato Integrado*, Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol014.html>.
- Conselho Federal de Contabilidade - CFC. (s.d.). Resolução CVM 59 de 22 de dezembro de 2021. *Altera a Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e a Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.*, Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol059.html>.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Conselho Federal de Contabilidade. (2021). CFC trabalha em proposta de mudanças curriculares para o curso de Ciências Contábeis. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/cfc-trabalha-em-proposta-de-mudancas-curriculares-para-o-curso-de-ciencias-contabeis/>.
- De Carvalho, A. M. R., & Nakagawa, M. . (2005). Uma proposta de mudança na formação acadêmica do profissional de custos. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*.
- Decreto nº 73.030, de 30 de Outubro de 1973. (s.d.). *Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, e da outras providências*, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73030-30-outubro-1973-421650-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- Fonseca Filho, L. F., Bogdezevicius, C. R., & Faganello, C. R. F. (2018). Gestão Ambiental nas Instituições de Ensino Superior: Uma Análise da Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB. *RACE-Revista de Administração do Cesmac*, 1, 16-44.
- Freitas, R. D. C. M., Nélsis, C. M., & Nunes, L. S. (2012). A crítica marxista ao desenvolvimento (in) sustentável. *Revista Katálysis*, 15(1), 41-51.
- Fundação Dom Cabral - FDC. (2014). Estado da gestão para sustentabilidade nas empresas brasileiras - 2014. Disponível em: <https://www.fdc.org.br/conhecimento/publicacoes/relatorio-de-pesquisa-29475>.
- Galvão, C. C. A., & Tenorio, J. N. B. (2009). Um estudo sobre o ensino da contabilidade ambiental nos cursos de graduação em Ciências contábeis. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*.
- Gelbcke, K. R. H., dos Reis, L. G., & Favato, K. J. (2021). Inserção do Tema Sustentabilidade no Curso de Ciências Contábeis a Luz da Teoria Institucional. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 15(2).
- Gelbcke, E. R., Santos, A., Iudícibus, S., & Martins, E. (2018). *Manual de Contabilidade Societária*. 3^a ed. - São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2017). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 6^a edição. Grupo GEN: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597012934>.
- Gomes, S. M. D. S., Sampaio, M. S., Azevedo, T. C., & Slomski, V. G. (2012). Proposta para o ensino da controladoria ambiental nos cursos de graduação de ciências contábeis nas IES's brasileiras. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/27922>.
- Guimarães, M. L. F., Marangoni, M. D. M., Castanha, E. T., Filho, L. P. G., Bristot, V. M., Milioli, G. (2018). O ensino da contabilidade ambiental: uma análise nas universidades do sul do Brasil. Disponível em: <http://revistaea.org/artigo.php?idartigo=3367>.
- Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. (s.d.). Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>.
- Instituto Akatu. (2021). Pesquisa Saudável e Sustentável 2021. Disponível em: <https://akatu.org.br/akatu-e-globescan-divulgam-resultados-da-pesquisa-vida-saudavel-e-sustentavel/>.
- International Federation of Accountants - IFAC. (s.d.). Disponível em: <https://www.ifac.org/>.
- Kassai, J. R., Carvalho, L. N., & Kassai, J. R. S. (2019). *Relato Integrado e Sustentabilidade*. Grupo GEN. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597022490>.
- Kassai, J. R., Carvalho, L. N., Zaro, E. S., Kassai, J. R. S. (2019). Relato Integrado e Sustentabilidade: a experiência de uma disciplina oferecida na USP desde 2011. *USP - International Conference in Accounting* .

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. (s.d.). *Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências*, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm.
- Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999. (s.d.). Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional . Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm#:~:text=LEI%20No%209.795%2C%20.
- Lima, M. R., Ribeiro, S. P., de Sousa, M. A. B., & da Silva Rodrigues, R. (2020). Um Panorama do ensino da Disciplina de Contabilidade Ambiental no Curso de Ciências Contábeis de Universidades Federais Brasileiras. *Caderno de Administração*, 2(14).
- Maravilha, M. P. (2019). Representações Sociais dos Gestores Sociais em relação às práticas de. Disponível em: <https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/5626>.
- Merino, M. N. H., & Pastorino, A. H. (2013). Perception about sustainable development of SME in Peru/Percepcion sobre el desarrollo sostenible de las MYPE en el Peru/Percepcao a respeito do desenvolvimento sustentavel das MPEs no Peru. *Revista de Administração de Empresas - RAE*, 53(3), 290-303.
- Ministério da Educação - MEC. (1998). Parâmetros Curriculares Nacionais. *Secretaria de Educação Fundamental*, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>.
- Ministério da Educação - MEC. (2021). Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>.
- Moreira, J. D. A. P., de Souza Melo, A. Í., dos Santos Carvalho, E., Guerra, M. D. G. G. V., & Júnior, R. A. M. (2020). Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável na formação em Ciências Contábeis. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, 15(3), 73-91.
- Nardelli, A. M. B. . (2001). Sistemas de certificação e visão de sustentabilidade no setor florestal brasileiro. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/11039>.
- Nossa, V. (2002). Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. *Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo*, Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-21122005-101506/en.php>.
- Nunes, T. F. R. (2018). Educação ambiental na formação dos discentes do curso de Ciências Contábeis da UFERSA. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/3400>.
- Oleiro, W. N., & Schmidt, E. B. (2016). Contabilidade ambiental—uma análise da aplicação prática como potencializadora de informações socioambientais nas demonstrações contábeis. *Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal do Rio Grande do Norte*, 8(1), 275-293.
- Oliveira, C. R., Gomes, G., Rausch, R. B., & Cunha, P. R. (2011). Aproximações entre o perfil do contador desejado pelo mercado e as matrizes curriculares de cursos de graduação em Ciências Contábeis. *Revista Eletrônica de Ciências da Educação*, 10(1).
- Oliveira, K. E. A. D. (2019). Educação ambiental em cursos de ciências contábeis da paraíba. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/5311>.
- Oliveira, P. S. D., & Mendes, E. G. (2017). Análise do projeto pedagógico e da grade curricular dos cursos de licenciatura em educação especialII. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/bc25/cbab935112e5468fee8a9051c939ce60f749.pdf>.
- Organizações das Nações Unidas - ONU. (2020). A ONU e o meio ambiente. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>.

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Pan, G., & Seow, P. S. (2016). Preparing accounting graduates for digital revolution: A critical review of information technology competencies and skills development. *Journal of Education for business*, 91(3), 166-175.
- Pereira, J. (2015). Contabilidade Ambiental no Curso de Ciências Contábeis: Estudo de Caso na Faculdade Vale do Cricaré-ES. Disponível em: https://repositorio.ivc.br/handle/123456789/759?locale-attribute=pt_BR.
- Probert, E. J. . (2002). An environmental education initiative with university business students. *Applied Environmental Education and Communication: An International Journal*, 1(1), 53-59.
- Quintana, C. G., Anello, L. de F. S., & Kitzmann, D. I. S. (2020). Percepção dos estudantes de ciências contábeis sobre consumismo e a educação ambiental. *SINERGIA - Revista Do Instituto De Ciências Econômicas, Administrativas E Contábeis*, 24(2), 75–85.
- Ribeiro, A. M., Nascimento, L. F., & Bellen, H. M. V. (2010). A relevância da Temática Ambiental na formação dos bacharéis em Ciências Contábeis: a percepção dos coordenadores de curso. Disponível em: <http://www.repositorio.furg.br/handle/1/6750>.
- Ribeiro, K. M. B., & de Miranda, A. C. (2011). Matriz Curricular do Curso de Administração: qual a relevância da temática ambiental na formação do Administrador? *Revista Uniabeu*, 4(6), 212-231.
- Ribeiro, M. D. S. (2010). *Contabilidade Ambiental*. 2^a Edição: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502108837>.
- Ribeiro, S. P., de Sousa, M. A. B., Lima, M. R., & da Silva Rodrigues, R. (2020). Um Panorama do Ensino da Disciplina de Contabilidade Ambiental no Curso de Ciências contábeis de Universidades Federais Brasileiras. *Caderno de Administração*, 2(14).
- Roos, A., Becker, E. L. S. (2012). Educação Ambiental e Sustentabilidade. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental - REGET/UFMS*, v(5), n°5, p. 857 - 866.
- Santo, E. E. (2006). Análise da Mudança na Matriz Curricular do Curso de Comunicação Social numa Instituição de Ensino Superior. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0969-2.pdf>.
- Santos, A. C., Neumann, M., & Mattiello, K. (2021). Inserção Curricular da Temática Sustentabilidade no Curso de Graduação Ciências Contábeis de Universidades Públicas Paranaenses. *Contabilidade Vista & Revista*, 32(3), 73-97.
- Santos, D. C. A. P. G., Santos, M. T. O. (2018). Orientações para Elaboração (e reformulação) de Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Disponível em: <http://www.unirio.br/estudante/prograd/orientacoes-aos-alunos/ORIENTAESPARELABORAODOPPC.pdf>.
- Silva, F. G., Maldonado, A. D. R. M., Eduardo, A. S., & Ribeiro, J. S. . (2020). Currículos para os Cursos de Ciências Contábeis. *Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)*, 4(1).
- Tanoira, F. G. B. (2007). Responsabilidad Social Empresarial y sugerencias para su aplicación en instituciones educativas. *Investigación Universitaria Multidisciplinaria: Revista de Investigación de la Universidad Simón Bolívar*, (6), 11.
- Weizenmann, C. A. (2011). A discussão sobre a inclusão da disciplina de contabilidade ambiental no currículo dos cursos de ciências contábeis. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/34899>.
- Zaro, E. S. (2015). Análise comparativa de relatos integrados das empresas brasileiras a luz da estrutura conceitual. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134964>.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.